
Pobreza atinge 12% da população do estado

• O Governo do Rio teria que investir R\$ 49,5 milhões por mês para erradicar a pobreza no estado. A quantia garantiria as neces-

sidades básicas de alimentação de 12% da população fluminense que, segundo o Ipea, ganha menos de R\$ 73 por mês. **Página 19**

ARTICULADO. PÁGINA 12

ECONOMIA

Pobreza atinge 12% no Rio

Estudo do Ipea diz que estado resolveria o problema com R\$ 49,5 milhões por mês

Flávia Oliveira

A dona de casa Lara Decromar Batista passa os dias esperando a água cair num cano no quintal da casa de dois cômodos, que divide com o marido desempregado e cinco filhos. Quando tem água, ela consegue lavar as roupas sujas de graxa de três mecânicos da vizinhança e ganhar, por semana, R\$ 9. É com esse dinheiro que compra feijão, arroz e ovo, a imutável dieta da família.

— Se ganhasse um salário-mínimo, estava rindo à toa — diz ela.

Lara vive em Itaboraí, município da Região Metropolitana do Rio, que um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) identificou como a cidade com maior proporção de pobres do estado. De cada quatro habitantes da região, um vive abaixo da linha da pobreza. Ou seja, ganha por mês menos de R\$ 73 — quantia que seria suficiente para suprir as necessidades de alimentação de um indivíduo. O economista Marcelo Neri, autor do trabalho, estima que 12% da população fluminense esteja em situação idêntica. Isso significa que, pelo menos, 1,6 milhão de habitantes não têm dinheiro sequer para se alimentar adequadamente.

Neri calcula que, para erradicar a pobreza do Rio, o Governo estadual teria de gastar R\$ 49,5 milhões por mês em programas de transferência de renda. O cálculo não considera custos administrativos. Refere-se apenas à quantidade de dinheiro necessária para içar o contingente mais pobre a um nível de renda domiciliar *per capita* acima da linha da pobreza. Uma família de quatro pessoas, por exemplo, deveria ganhar R\$ 292 (R\$ 73 por membro) para sair da indigência.

Na cidade do Rio, há 8,81% de pobres

• O trabalho do Ipea estabeleceu um ranking da pobreza no estado, com base em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Itaboraí — cidade de 188 mil habitantes, onde apenas 5% das residências têm água encanada — aparece na primeira posição. Em seguida, está Campos (cidade natal do governador Anthony Garotinho), que tem 21% da população abaixo da linha da pobreza.

O Rio de Janeiro, capital do estado, está entre os seis municípios com menor proporção de pobres: 8,81%. O percentual equivale a 498 mil pessoas — mais que a população inteira de Niterói, onde os pobres somam 11,12% dos habitantes. Das 22 cidades pesquisadas (que concentram 89% da população fluminense), Angra dos Reis é a que exibe melhor desempenho. São 2,67% pobres em cada cem habitantes.

— As informações dão uma noção muito clara das necessidades de cada município. Isso é muito importante quando se discute a implantação de programas eficientes de combate à pobreza — diz Neri.

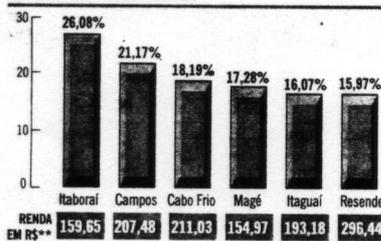
A distribuição da pobreza no Rio de Janeiro

Foto de André Arruda

- 13.518.433 é o número de habitantes do Rio
- Desse total, 12,32% estão abaixo da linha da pobreza
- A renda 'per capita' no estado é de R\$ 351,29
- O Ipea estima que o Governo estadual precisaria gastar R\$ 49,5 milhões por mês para erradicar a pobreza
- Na capital fluminense, o gasto mensal deveria ser de R\$ 17,4 milhões
- No Brasil 28% dos habitantes são pobres



CIDADES COM MAIS POBRES*

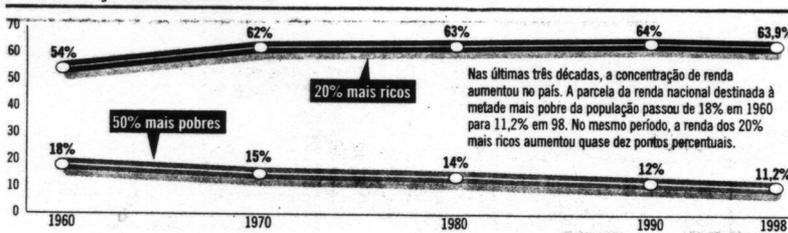


CIDADES COM MENOS POBRES*



FONTE: Pnad/IBGE, com elaboração do Ipea *Percentual da população de cada município que está abaixo da linha da pobreza ** Renda domiciliar 'per capita'

A CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL*



*Percentual da renda nacional que fica com os brasileiros mais ricos e mais pobres
FONTE: Ipea. De 1960 a 1980, dados dos censos demográficos do IBGE. Em 1990, dados da Pnad. Em 1998, dados da Pesquisa Mensal de Emprego.

O QUE É O ESTUDO

- **Pobreza**
São consideradas pobres as famílias cuja renda de cada um de seus integrantes é inferior a R\$ 73 por mês. Esse valor é suficiente para cobrir a necessidade mensal de alimentação de cada cidadão
- **Proporção de pobres**
É o número de habitantes que vive abaixo da linha da pobreza dividido pela população total de um determinado município, estado ou país. É expresso em percentual.
- **Renda domiciliar 'per capita'**
É tudo o que uma família ganha - incluindo salários, aposentadorias e receitas com investimentos ou aluguel de imóveis - dividido pelo número de integrantes. Uma família de quatro pessoas, em que apenas o pai trabalha por um salário de R\$ 200 por mês, tem uma renda 'per capita' de R\$ 50 e está abaixo da linha da pobreza.

■ **Pnad**
É a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que o IBGE produz anualmente. O último levantamento divulgado pelo instituto foi o de 1997. Os dados de 1998 devem ser divulgados nos próximos meses. Na Pnad/97, o IBGE investigou as condições de vida de 109 mil famílias de 793 municípios do país. Todos os estados são representados.

■ **Pesquisa por amostra**
São os levantamentos feitos a partir de entrevistas com número determinado de pessoas, famílias ou empresas. Há uma fórmula matemática que determina quantos indivíduos de uma população devem ser consultados para que o resultado de uma pesquisa seja confiável.

■ **Municípios auto-representativos**
São as cidades que possuem mais peso na população de um estado. Na capital fluminense, por exemplo, vive mais da metade dos habitantes do Rio de Janeiro. Esses municípios sempre integram as pesquisas por amostras e podem ser analisados individualmente.

■ **Concentração de renda**
É o percentual da riqueza nacional que fica nas mãos dos diferentes segmentos da população. É um importante indicador de desigualdade social. No Brasil, a metade mais pobre da população fica com 11% da renda do país. Ou seja, há pouco dinheiro para dividir por um número maior de habitantes.

Governo estadual planeja ação contra fome

No município do Rio, programa Bolsa Escola distribui cesta básica a 20 mil famílias

• O Governo estadual não tem dados consolidados sobre a quantidade de dinheiro gasto em medidas de combate à pobreza. Mas a vice-governadora, Benedita da Silva, garante que essa é uma prioridade da atual gestão. Até o fim do ano, por exemplo, devem ser adotadas duas ações para erradicar a fome no estado: o Programa de Segurança Alimentar e o Restaurante Popular, na Central do Brasil, que venderá refeições por menos de R\$ 1.

— Os dois projetos foram inspirados no trabalho do Betinho (sociólogo que idealizou as campanhas da

fome). Também penso em fazer um sopão para distribuir aos pobres numa cozinha desativada no Ceasa — disse Benedita.

O Governo estadual anunciou ainda, há dois meses, a implantação do programa Bolsa Escola, que já exibe bons resultados em Campinas, Brasília e Belo Horizonte. De início, 1.200 famílias de Duque de Caxias e de favelas cariocas receberão um salário-mínimo por mês, se mantiverem na escola as crianças de 7 a 14 anos. A idéia é expandir o projeto a outros municípios.

Na capital do estado, o Bolsa Es-

cola também faz sucesso. Atualmente, 20 mil famílias recebem, por mês, uma cesta básica por terem os filhos frequentando a escola. O secretário municipal do Trabalho, André Urani, revela que, nos próximos meses, os chefes das famílias beneficiadas também participarão de cursos de qualificação profissional. A idéia, explica Urani, é estimular a inserção desses trabalhadores no mercado: — Eles terão capacidade de gerar sua própria renda — completa.

O levantamento do Ipea estima que o programa perfeito de transferência de renda obrigaria a Prefeitura

do Rio a gastar, por mês, R\$ 17,470 milhões. O secretário considera a quantia viável diante do Orçamento municipal de mais R\$ 3 bilhões por ano, mas pondera que essas ações não têm custo zero.

— Mirar no pobre é muito complexo do ponto de vista administrativo e gerencial — diz.

O prefeito de Itaboraí, Sérgio Soares, argumenta que a receita anual de R\$ 26 milhões não permite a implementação de medidas para erradicação da pobreza. E reivindica a ajuda do estado e da União para resolver o problema. ■